
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Copacabana Geração de Energia e
Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

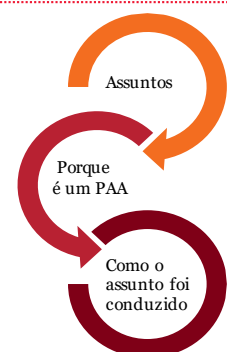
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. e da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para gastos para desmobilização de parque eólico (Nota 15)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta provisão para desmobilização de parque eólico no montante de R\$ 46.424 mil.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que o cálculo dessa provisão envolve julgamentos críticos por parte da administração devido à complexidade inerente à estimativa do prazo e do valor dos custos futuros a serem incorridos com o encerramento das operações de parque eólico, bem como na determinação da taxa de desconto apropriada a ser utilizada nesses fluxos de pagamento a valor presente.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento da política contábil definida pela Companhia e dos controles internos relativos à mensuração da provisão para desmobilização de parque eólico.

Com apoio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e estimativas de custos consideradas pela administração, comparando-as com dados de mercado, quando aplicável, bem como testamos as movimentações ocorridas no exercício.

Os resultados de nossos procedimentos demonstram que os julgamentos e premissas utilizadas são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos.

Reconhecimento de receita (Notas 3(p), 3(q.1), 20 e 22)

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes identificados pela Companhia para monitoramento e apuração da geração de energia, assim como para a elaboração dos estudos e construção de cenários para avaliação das probabilidades de descumprimento de volumes mínimos dos contratos; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da administração relativo ao

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da



Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Porque é um PAA

atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.

Em decorrência do julgamento crítico da administração na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada



Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads "PriceWaterhouseCoopers".

PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Patricio Marques Roche".

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	608	3.225	83.393	23.666
Contas a receber	5	-	-	21.065	43.629
Adiantamentos		15	53	50	147
Despesas antecipadas	7	-	-	937	2.274
Impostos a recuperar	6	1.604	1.561	2.481	2.568
Partes relacionadas	14	165	3.180	-	1
Total do circulante		2.392	8.019	107.926	72.285
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	8	1	-	51.585	49.462
Investimentos	9	525.587	504.316	-	-
Dividendos a receber	9	1.839	-	-	-
Contas a receber	5	-	-	633	-
Imobilizado	10	626	650	1.286.582	1.335.755
Intangível	11	-	-	56.467	59.603
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	668	-	-
Total do não circulante		528.053	505.634	1.395.267	1.444.820
Total do Ativo		530.445	513.653	1.503.193	1.517.105
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	12	27	1.810	4.234	12.320
Empréstimos e financiamentos	13	4.920	3.058	42.173	39.584
Obrigações fiscais e trabalhistas	18	264	686	4.779	3.082
Partes relacionadas	14	535	1.691	-	-
Provisão socioambiental	16	-	-	4.566	4.162
Passivos de arrendamento	17	-	-	3.667	3.544
Dividendos a pagar	19	-	153	-	153
Provisão para ressarcimento regulatório	20	-	-	2.645	-
Total do circulante		5.746	7.398	62.064	62.845
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	119.142	119.143	951.306	984.952
Provisão socioambiental	16	-	-	-	937
Provisão para desmobilização	15	-	-	46.424	43.341
Passivos de arrendamento	17	-	-	37.842	37.918
Total do não circulante		119.142	119.143	1.035.572	1.067.148
Patrimônio líquido					
Capital social	21	446.900	446.900	446.900	446.900
Contribuição de capital	13	1.225	1.225	1.225	1.225
Prejuízos acumulados		(42.568)	(61.013)	(42.568)	(61.013)
Total do Patrimônio Líquido		405.557	387.112	405.557	387.112
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		530.445	513.653	1.503.193	1.517.105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida	22	-	-	203.204	199.397
Custo das vendas	23	-	-	(59.106)	(90.466)
Resultado bruto		-	-	144.098	108.931
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(65)	(578)	(14.290)	(15.062)
Outras despesas operacionais		-	(60)	-	(599)
Resultado da equivalência patrimonial		36.514	1.654	-	-
Resultado operacional		36.449	1.016	129.808	93.270
Receitas financeiras	25	114	1.536	3.439	4.633
Despesas financeiras	25	(18.118)	(18.877)	(107.164)	(106.995)
Resultado financeiro, líquido		(18.004)	(17.341)	(103.725)	(102.362)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		18.445	(16.325)	26.083	(9.092)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	(7.638)	(7.233)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		18.445	(16.325)	18.445	(16.325)
Lucro líquido (Prejuízo) por ações – R\$		0,04	(0,03)	0,04	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>18.445</u>	<u>(16.325)</u>	<u>18.445</u>	<u>(16.325)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.445</u>	<u>(16.325)</u>	<u>18.445</u>	<u>(16.325)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Contribuição de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos 31 de dezembro de 2018	22	<u>446.900</u>	<u>14.113</u>	<u>(44.688)</u>	<u>416.325</u>
Reversão da contribuição de capital		-	(12.888)	-	(12.888)
Prejuízo do exercício		-	-	(16.325)	(16.325)
Saldos 31 de dezembro de 2019	22	<u>446.900</u>	<u>1.225</u>	<u>(61.013)</u>	<u>387.112</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	18.445	18.445
Saldos 31 de dezembro de 2020	22	<u>446.900</u>	<u>1.225</u>	<u>(42.568)</u>	<u>405.557</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	18.445	(16.325)	26.083	(9.092)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(36.514)	(1.654)	-	-
Depreciação e amortização	24	36	50.206	73.159
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	-	-	66.677	99.025
Juros provisionados - debêntures	15.265	13.862	15.265	-
Provisão para ressarcimento regulatório	-	-	2.012	-
Juros provisionados - arrendamentos	-	-	3.938	-
Juros sobre desmobilização	-	-	3.090	-
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	-	57	-
Compensação de imposto	-	-	-	1.950
Baixa do imobilizado	-	-	108	1.713
Outros	(153)	1	(153)	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Depósitos vinculados	(2)	-	(2.124)	(49.462)
Contas a receber	-	-	22.508	(5.931)
Adiantamento à fornecedores	38	46	97	447
Despesa antecipada	-	-	1.338	(1.639)
Impostos a recuperar	(43)	(421)	87	2.260
Depósito judicial	-	-	-	14
Dividendos a receber	(1.839)	-	-	-
Partes relacionadas	3.015	12.466	1	(1)
Aumento nos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras obrigações	(1.783)	1.245	(5.209)	(73.416)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(420)	(353)	62	(5.661)
Desmobilização sócios ambientais	-	-	(865)	(1.061)
Contas a pagar partes relacionadas	(1.157)	(2.841)	-	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(5.124)	6.062	183.178	32.306
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.003)	(3.399)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5.124)	6.062	177.175	28.907
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(558)	(36.192)
Constituição de dividendos	1.839	-	-	-
Resgate de ações preferências	13.404	18.763	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	668	(668)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.911	18.095	(558)	(36.192)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Liquidação do arrendamento mercantil	-	-	(3.891)	(3.353)
Captação de empréstimo BNDES	-	-	-	44.338
Liquidação de debêntures	(13.404)	(68.776)	(13.404)	(68.776)
Liquidação de empréstimos e financiamentos (principal)	-	-	(34.356)	(17.428)
Liquidação de empréstimos e financiamentos (juros)	-	-	(65.239)	(43.695)
Caixa líquido (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	(13.404)	(68.776)	(116.890)	(88.914)
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.617)	(44.619)	59.727	(96.199)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.225	47.844	23.666	119.865
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	608	3.225	83.393	23.666
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.617)	(44.619)	59.727	(96.199)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (“Copacabana” ou “Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 21 de setembro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 2015 e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos eólicos. Em fevereiro de 2016, a Copacabana passou a ter oito subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Serra da Babilônia, constituído de 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25 MW, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Os projetos da Copacabana sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital nº 09/2015 promovido pela ANEEL, a contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes, tendo comercializado toda a energia ao preço médio de R\$206,48MWh, a energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade “quantidade de energia”, com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

1.1 Controladores da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os Controladores da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. são o Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP I”) e o Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II (“FIP II”). O FIP I e o FIP II são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e qualificados pelo Administrador dos Fundos como Entidade de Investimento, conforme determina a Instrução CVM 579/16. A gestão da carteira dos Fundos compete à Modal Asset Management Ltda.

A criação da Rio Energy Participações S.A., em 14 de agosto de 2020, tem o objetivo de torná-la a holding controladora de todas as Companhias do Grupo Rio Energy, vide nota nº 32 de eventos subsequentes sobre aprovação da reestruturação societária em 5 de fevereiro de 2021.

Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e respectivas autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia eólica:

Companhias	Contrato / Leilão	Energia Contratada (MW médio)	Preço	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Qtd. de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)
Eólica Serra da Babilônia II	LER 09/2015	13,5	206,48	09/05/2016	35 anos	12	28,20	16,10
Eólica Serra da Babilônia VI	LER 09/2015	10,8	206,48	25/05/2016	35 anos	11	25,85	13,20
Eólica Serra da Babilônia VII	LER 09/2015	12,8	206,48	25/05/2016	35 anos	12	28,20	14,40

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias	Contrato / Leilão	Energia Contratada (MW médio)	Preço	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Qtd. de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)
Eólica Serra da Babilônia VIII	LER 09/2015	12,6	206,48	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,10
Eólica Serra da Babilônia IX	LER 09/2015	11,8	206,48	11/05/2016	35 anos	12	28,20	13,20
Eólica Serra da Babilônia X	LER 09/2015	12,7	206,48	31/05/2016	35 anos	12	28,20	14,10
Eólica Serra da Babilônia XI	LER 09/2015	12	206,48	25/05/2016	35 anos	12	28,20	15,50
Eólica Serra da Babilônia XII	LER 09/2015	13,1	206,48	31/05/2016	35 anos	12	28,20	15,80

1.2 Continuidade operacional

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$45.862 (CCL positivo no valor de R\$9.440 em 2019). Apresentou geração líquida de caixa operacional de R\$177.499 em 31 de dezembro de 2020 (R\$28.907 em 31 de dezembro de 2019) e efetuou investimentos na construção do parque eólico no montante de R\$882 (R\$36.192 em 31 de dezembro de 2019). As atuais projeções de fluxos de caixa operacional, de investimento e o contrato de financiamento, assinados com o Banco Nacional do desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 13 de março de 2017 (nota explicativa nº 13), juntamente com ingressos de caixa decorrentes das operações comerciais da companhia por meio dos contratos de energia já contratados serão suficientes para a manutenção do capital de giro da Companhia e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da companhia de continuar suas atividades nos próximos doze meses.

Vale lembrar que a Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito.

1.3 Efeito do novo Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas

A Companhia vem acompanhando a evolução e prováveis impactos da COVID-19 sobre suas operações, atividades e negócios.

A atenção aos possíveis impactos, monitoramento e acompanhamento de riscos, assim como iniciativas de prevenção foram intensificadas a partir de março de 2020, mês de agravamento da pandemia no Brasil, mediante a instalação de três comitês de crise específicos (Operação, Implantação e RH) para os efeitos da pandemia, de forma a manter as atividades operacionais, a continuidade da geração de energia, fundamental e necessária para o país, assim como cumprir as recomendações e determinações das autoridades e especialistas no assunto: do Ministério da Saúde do Brasil, dos governos dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Ceará e das autoridades municipais protegendo a saúde de seus profissionais e dos terceiros prestadores de serviço, seja no escritório do Rio de Janeiro, como nas instalações dos complexos eólicos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre as medidas tomadas para garantir o pleno funcionamento dos complexos eólicos e reduzir a exposição dos colaboradores ao COVID-19, a Companhia adotou a modalidade de trabalho remoto (“home office”) para todas as funções aplicáveis, mantendo o trabalho presencial apenas para as funções essenciais, notadamente aquelas relacionadas à implantação, operação e manutenção dos complexos eólicos. Ainda com relação a essas últimas, foram adotadas medidas de prevenção e monitoramento constante da saúde dos trabalhadores, de forma a permitir a antecipação de quaisquer ações necessárias à preservação da saúde destes profissionais.

Em função da ocorrência global de casos do Coronavírus em diversos países, houve impacto na cotação dos diversos ativos financeiros negociados em mercados financeiros brasileiros.

Economicamente, o advento da pandemia e as medidas de isolamento social determinadas pelo governo resultaram em retração da atividade econômica, com redução da demanda e consumo de energia elétrica. O que resulta em significativa variação dos preços de energia *spot* (curto prazo), impactando desta forma toda cadeia do setor elétrico brasileiro.

Assim, considerando que a Companhia possui a maior parte de sua garantia física contratada no Leilão de Energia Reserva (LER) . a exposição da companhia aos preços de energia *spot* não afetou o resultado operacional.

Até o momento, a Companhia não observou inadimplência significativa nos seus contratos e os clientes têm honrado integralmente seus compromissos.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, as Companhias que possuem contrato com o BNDES obtiveram o benefício da suspensão do pagamento integral do serviço da dívida do BNDES, pelo período de seis meses, em conformidade com o pacote de medidas emergenciais anunciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As suspensões tiveram início em maio de 2020. Essas suspensões promoverão alívio imediato no fluxo de caixa e permitirão suportar eventuais inadimplências de clientes. A companhia segue atento ao tema da inadimplência, sendo certa a dependência do comportamento e evolução econômica, para o qual o governo federal do Brasil vem tomando medidas específicas, de forma a manter a saúde do setor elétrico (MP nº 950 de 8 de abril 2020).

Não houve impacto material em seus negócios que pudesse modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e até a data desta publicação.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Companhias do Consolidado

As Companhias que foram consolidadas nessas demonstrações financeiras apresentam as mesmas práticas contábeis e o mesmo exercício social.

Essas demonstrações financeiras consolidadas contemplam as seguintes Companhias:

Controlada	% Participação	
	2020	2019
Eólica da Serra Babilônia II S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia VI S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia VII S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia VIII S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia IX S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia X S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia XI S.A.	100%	100%
Eólica da Serra Babilônia XII S.A.	100%	100%

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – “Demonstrações Consolidadas”.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário que a administração se baseie em estimativas e julgamentos para efetuar o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras.

Para apurar essas estimativas e as respectivas premissas, os diretores da Companhia utilizam as melhores informações disponíveis na data do balanço, revisam continuamente as estimativas e possuem experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

A Companhia entende que as estimativas e premissas contábeis críticas contemplam o rol abaixo relacionado:

Estimativas	Nota
Vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível	10 e 11
Impactos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos	17
Provisão para ressarcimento regulatório	21
Provisões socioambientais	16
Provisões para desmobilização	15
Valor justo dos instrumentos financeiros	27
Provisão para contingências	27

2.5. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29 – instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas são aplicadas de maneira consistentes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Os diretores da Companhia consideram que as políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação.

b) Depósitos vinculados (Conta reserva do serviço da dívida BNDES)

Refere-se à conta - corrente e aplicação financeira vinculada à parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES. Sua finalidade é atender à garantia do financiamento firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. As aplicações possuem remuneração baseada na variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

c1.1) Políticas contábeis

Conforme o CPC 48 – Instrumentos financeiros, a nova norma foi adotada pela companhia a partir de 1º de janeiro de 2018. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações das demonstrações financeiras, estão resumidas a seguir:

c1.2) Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classificou seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Mensurados ao valor justo (por meio do resultado) e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

c1.3) Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

c1.4) Mensuração dos ativos financeiros

A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

c1.5) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Para as contas a receber, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota 4 item d.1.

d) Contas a receber

São registrados os valores a receber pelo faturamento da venda de energia. Registram-se inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da PECLD – Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa.

O faturamento mensal da companhia é desdobrado em três vencimentos, de igual valor, respeitando as seguintes datas: primeiro vencimento - dia 20 do mês seguinte ao mês de competência; segundo vencimento - dia 30 do mês seguinte ao mês de competência; e terceiro vencimento - dia 10 do segundo mês seguinte ao mês de competência.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d.1) PECLD – Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber.

O modelo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros é o modelo de perdas de crédito esperadas.

Como resultado é possível que as perdas por redução ao valor recuperável sejam reconhecidas antecipadamente e, para a Companhia e suas controladas foi feita uma análise e revisão dos respectivos processos e abordagens regulatórias.

Em conformidade com o CPC 48, a Companhia fez uma análise detalhada do contas a receber e fez uma estimativa para mensurar as perdas de crédito esperadas e efetuar o registro contábil de perdas relacionadas aos valores que representam incertezas quanto ao recebimento.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas por redução ao valor recuperável baseiam-se nas perdas esperadas (não nas incorridas), calculadas por meio do uso de possíveis perdas de crédito e da probabilidade de inadimplência.

O modelo de mensuração das perdas estimadas utilizado pela Companhia leva em consideração um deságio de 2% sobre o total do contas a receber no Mercado de Curto Prazo – MCP, com base em pedidos de compra recebidos de terceiros, uma vez que, tais valores são os valores negociados no mercado. O efeito de anos anteriores em 2020 é zero.

As perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber são apresentadas como perdas por redução ao valor recuperável líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

e) Tributos sobre o lucro

e.1) Tributos correntes

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela companhia com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório.

e.2) Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

e.3) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

f) Despesas antecipadas

f.1) Seguros

São demonstradas pelos valores efetivamente contratados, deduzidos das amortizações incorridas até a data do balanço. As amortizações são registradas em contrapartida ao resultado.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos com equipamentos, materiais, pessoal, socioambientais, desmobilização de ativos e encargos financeiros de empréstimos, todos diretamente atrelados à construção dos parques eólicos, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A cada data de balanço, ou sempre que houver algum fato que requeira análise, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis e intangíveis tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável, providenciando os ajustes contábeis se necessários.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem.

A Companhia revisou os critérios utilizados para determinação da vida útil estimada do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação. A partir de 1º de janeiro 2020, a companhia obteve laudo técnico preparado por avaliador independente, suportando a extensão da vida útil dos aerogeradores dos parques eólicos da Serra da Babilônia para 30 anos. A nova estimativa difere da expectativa anterior da companhia, na qual a vida útil dos ativos era de 20 anos baseada no certificado emitido pelo fabricante. Desta forma, a companhia considerou a revisão da vida útil dos ativos depreciáveis como uma mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis prospectivamente na depreciação do período a partir da data da revisão, como segue:

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	30
Máquinas e equipamentos (Computadores, periféricos etc)	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(h) Provisão socioambiental

A Companhia registrou a valor presente os custos com programas ambientais, como definido pela orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). A Companhia registrou os custos ambientais futuros, decorrentes da Licença Prévia ("LP") e da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações.

Tratam-se de custos referentes à construção dos parques eólicos que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo circulante e não circulante tendo como contrapartida o ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

(i) Provisões para desmobilização de ativos

No momento que um parque eólico entra em operação e quando há previsão contratual para desmobilização a Companhia provisiona os custos de desmobilização de ativos de geração, que serão incorridas pela Companhia no desmantelamento dos equipamentos e na restauração e recuperação do sítio.

A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de mercado, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo.

A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

(j) Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou pela primeira vez o CPC 06 (R2) Arrendamentos, aprovado pelo CPC em outubro de 2017, em vigor para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, que substituiu o CPC 06 (R1) Operações de arrendamento mercantil.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Os arrendamentos considerados relevantes pela Administração da Companhia foram contabilizados de acordo com CPC06 - R2 – Arrendamento Mercantil, a partir de sua aplicação. Os impactos nas contabilizações dos arrendamentos está detalhado na nota explicativa nº 15.

(k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis registrados pela companhia, servidão de passagem e estudos e projetos, possuem vinte anos de vida útil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(l) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

(m) Fornecedores

A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros.

(n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, com base em taxas de juros de mercado na data da transação. Utilizados principalmente no cálculo do *impairment*, arrendamentos, provisões: socioambientais e de desmobilização.

(o) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos correspondem principalmente a empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Debêntures privadas e de Infraestrutura. Eles são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisão para ressarcimento regulatório

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negativos (provisão para ressarcimento regulatório o passivo – quando aplicável) e positivos (provisão de contas a receber, nota explicativa nº5), com aplicação de penalidades ou receita extra.

(q) Reconhecimento da receita

(q.1) Venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e das provisões para ressarcimento regulatório (provisões efetuadas caso a geração de energia elétrica seja abaixo do contratado e a Companhia, conforme cláusulas contratuais, precisa restituir aos clientes).

Todas as contabilizações de receita com venda de energia da Companhia estão de acordo o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, aprovado pelo CFC através da CFC - NBC TG 47, e sua aplicação, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo CPC.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é comercializada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do CPC47 e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Cinco etapas do reconhecimento da receita: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 aprovado pelo CPC em novembro de 2016, em vigor para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, substituiu o CPC 30 (R1) - Receitas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, A Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Com base em

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua avaliação, A Companhia adotou a aplicação do CPC 47, porém não gerou impacto em suas demonstrações financeiras.

(q.2) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(r) Custos e despesas

Os registros feitos pela Companhia no exercício foram apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Os custos são compostos basicamente por: custos de transmissão de energia, custos com serviços de operação, manutenção e depreciação e amortização.

As despesas são compostas principalmente por: pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, seguros, outras despesas gerais e administrativas e despesas financeiras – principalmente juros sobre empréstimos e financiamentos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	35	89	956	823
Aplicações financeiras de liquidez imediata	573	3.136	82.437	22.843
	608	3.225	83.393	23.666

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações financeiras encontram-se em investimentos de renda fixa indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos com outros propósitos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber (a)	-	-	18.289	40.903
Comercialização de Energia CCEE (b)	-	-	2.833	2.726
Perda Estimada de Crédito de liquidação duvidosa	-	-	(57)	-
Total circulante	-	-	21.065	43.629

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de contas a receber (c)	-	-	633	-
Total não circulante	-	-	633	-

(a) Referem-se aos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

(b) O saldo de contas a receber refere-se a recebíveis comercializados no âmbito da CCEE e liquidados à PLD em função do excedente da produção de energia.

(c) Refere-se a provisão de contas a receber ao final do quadriênio.

6. Imposto a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF sobre aplicação financeira	15	693	15	693
IRPJ CSLL	1.587	861	1.624	981
ISS sobre terceiros	-	-	125	148
Outros impostos	-	-	712	336
Tributos pagos a maior	2	7	5	410
	1.604	1.561	2.481	2.568

7. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Seguros	-	-	937	2.274
	-	-	937	2.274

8. Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta corrente	1	-	21.187	11.247
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	30.398	38.215
	1	-	51.585	49.462

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se à conta - corrente e aplicação financeira vinculadas à parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES. Sua finalidade é atender à garantia do financiamento firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. As aplicações possuem remuneração baseada na variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

9. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2018	521.425
Resgate ações preferenciais	(18.763)
Participação nos resultados de controladas	1.654
Em 31 de dezembro de 2019	504.316
Resgate ações preferenciais	(13.404)
Dividendos	(1.839)
Participação nos resultados de controladas	36.514
Em 31 de dezembro de 2020	525.587

b) Resumo das informações financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

2020					
	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro Líquido
	Participação				
Eólica da Serra Babilônia II S.A.	100%	203.417	203.417	69.029	3.913
Eólica da Serra Babilônia VI S.A.	100%	164.497	164.497	58.509	5.820
Eólica da Serra Babilônia VII S.A.	100%	191.984	191.984	65.135	2.444
Eólica da Serra Babilônia VIII S.A.	100%	190.280	190.280	69.854	6.726
Eólica da Serra Babilônia IX S.A.	100%	178.470	178.470	62.498	3.976
Eólica da Serra Babilônia X S.A.	100%	194.486	194.486	67.140	3.504
Eólica da Serra Babilônia XI S.A.	100%	182.706	182.706	64.707	5.421
Eólica da Serra Babilônia XII S.A.	100%	199.927	199.927	70.554	4.710
		1.505.767	1.505.767	527.426	36.514

2019					
	% participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Eólica da Serra Babilônia II S.A.	100%	209.938	142.999	66.938	(863)
Eólica da Serra Babilônia VI S.A.	100%	163.874	109.725	54.149	35
Eólica da Serra Babilônia VII S.A.	100%	192.338	127.918	64.420	676
Eólica da Serra Babilônia VIII S.A.	100%	190.355	125.526	64.830	841
Eólica da Serra Babilônia IX S.A.	100%	179.589	119.472	60.117	225
Eólica da Serra Babilônia X S.A.	100%	195.137	129.786	65.352	377
Eólica da Serra Babilônia XI S.A.	100%	182.840	121.932	60.909	253
Eólica da Serra Babilônia XII S.A.	100%	201.252	133.651	67.601	109
		1.515.324	1.011.008	504.316	1.654

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Obras civis	Obras elétricas	Linha de transmissão	Aerogerador	Outros imobilizados	Obras civis (edificação)	Custos financeiros	Custos de captação	Direito de uso	Adiantamento à fornecedores Imobilizado	Desmobilização (a)	Custos ambientais (b)	Total
Em 31 de dezembro de 2018	52.497	78.676	44.367	917.887	40.248	81.299	68.954	-	-	-	58.636	7.101	1.349.662
Adições	46	3.642	1.074	1.101	825	-	-	28.053	41.133	1.451	-	-	77.325
Baixas	(61)	(360)	-	(33)	(60)	(1.199)	-	-	-	-	(18.415)	(1.081)	(21.209)
Depreciação	(2.633)	(4.005)	(2.272)	(46.134)	(2.129)	(4.014)	(3.463)	(1.050)	(2.074)	-	(1.947)	(302)	(70.023)
Em 31 de dezembro de 2019	49.849	77.953	43.169	872.821	38.884	76.086	65.491	27.003	39.059	1.451	38.274	5.718	1.335.755
Adições	58	52	18	122	308	-	-	-	-	-	-	324	882
Transferência	-	-	-	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	(108)
Baixas	-	(2.878)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.878)
Depreciação	(1.759)	(2.718)	(1.522)	(30.765)	(1.490)	(2.683)	(2.308)	(938)	(1.355)	-	(1.329)	(202)	(47.069)
Em 31 de dezembro de 2020	48.148	72.409	41.665	842.178	37.594	73.403	63.183	26.065	37.704	1.451	36.945	5.840	1.286.582

a) Refere-se a revisão da provisão para desmobilização (nota explicativa nº15).

b) Refere-se a revisão das provisões socioambientais, tendo em vista o cálculo final obtido pelo Órgão Ambiental.

Impacto contábil – revisão da vida útil (Obras civis, edificações, aerogeradores, linha de transmissão e infraestruturas elétricas) de 20 para 30 anos (Eólicas Serra da Babilônia)

Em 2020, a mudança da vida útil gerou uma redução de despesa de depreciação de R\$23.284 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de perda ao valor recuperável dos ativos de longo prazo

A administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11. Intangível

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Tais valores serão amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos.

Os valores classificados na rubrica de “Estudos e projetos” referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e direito de uso com os desenvolvedores do projeto. Tais valores serão amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos.

	Consolidado		
	Estudos e Projetos	Servidão de passagem	Total
Em 31 de dezembro de 2018	60.894	1.845	62.739
Amortização	(3.019)	(117)	(3.136)
Em 31 de dezembro de 2019	57.875	1.728	59.603
Amortização	(3.019)	(117)	(3.136)
Em 31 de dezembro de 2020	54.856	1.611	56.467

12. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores e outras obrigações	27	1.810	4.234	12.320
	<u>27</u>	<u>1.810</u>	<u>4.234</u>	<u>12.320</u>

O contas a pagar com fornecedores refere-se principalmente: (a) a aquisição de serviços, materiais e equipamentos, aplicados na manutenção e operações do parque eólico e (b) provisões de prestação de serviços ainda não faturados aplicados nas operações e manutenções do parque eólico.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Financiamentos BNDES	-	-	896.580	931.340
Debêntures de infraestrutura	124.062	122.201	124.062	122.201
(-) Custo de transação	-	-	(27.163)	(29.005)
	124.062	122.201	993.479	1.024.536
Circulante	4.920	3.058	42.173	39.584
Não circulante	119.142	119.143	951.306	984.952

Em 13 de março de 2017, foi contratado um financiamento de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O limite total do financiamento aprovado para a Copacabana e suas controladas foi no montante de R\$847.918, vencimento em maio de 2035, sob os quais incidirão juros de 2,48% ao ano a título de remuneração, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP").

a) Debêntures privadas

Em 7 de julho de 2017, a Copacabana emitiu 40.000 debêntures no montante total de R\$40.000, conversíveis em ações, de espécie subordinada, em série única, de sua 1ª emissão, objeto de colocação privada, adquiridas pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. As debêntures possuíam vencimento em julho de 2027 com amortização devida na data de vencimento. O valor das debêntures foi atualizado a partir da data de emissão pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre o qual incidiram juros remuneratórios de 1,0%, (um por cento ao ano) base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 22 de julho de 2019, a Copacabana liquidou as debêntures privadas no valor de R\$44.000.

Contribuição de Capital

Em 31 de dezembro de 2018 a Copacabana identificou a necessidade de alterar os valores estimados da diferença entre o balanço patrimonial e o respectivo valor de mercado das respectivas debêntures. Os efeitos dessa mudança forma registrados prospectivamente gerando uma redução no passivo das debêntures privadas no montante de R\$9.577 em contrapartida e contribuição de capital. Em julho de 2019, em decorrência da liquidação antecipada das debêntures, o montante de R\$12.888 de contribuição de capital foram revertidos ficando assim com um saldo no montante de R\$1.255.

Conversibilidade

Em 30 de dezembro de 2018, o controlador da Copacabana, Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, abriu mão de exercer seu direito de conversão das referidas debêntures em ações.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Debêntures de infraestrutura

Em 10 de agosto de 2018, a Copacabana emitiu 127.780 debêntures no valor de R\$127.780, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta de distribuição pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures possuem vencimento em 15 de abril de 2033 com amortizações semestrais a partir de outubro de 2019. O valor das debêntures será atualizado a partir da data de emissão pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre o qual incidirão juros remuneratórios de 8,4717%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

c) Custo de captação

Os custos de captação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no período como custo de captação.

d) Garantias (Fianças)

BNDES

Como garantia do pagamento dos financiamentos com o BNDES, as Companhias do Grupo apresentaram (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) Contrato de penhor de ações da holdings e controladas; (iv) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados; e (v) fianças bancárias de 100% dos financiamentos.

e) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos BNDES e das debêntures:

<u>Controladas</u>	<u>Descrição</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)</u>
Eólicas Serra da Babilônia	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,3
Copacabana Geração	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,3

A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Copacabana e suas controladas estavam desobrigadas contratualmente a atingir os indicadores requeridos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Copacabana e Eólicas Serra da Babilônia atingiram os indicadores requeridos contratualmente.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Depósitos vinculados para garantia das operações

Os depósitos vinculados refere-se a contas correntes e aplicações financeiras vinculadas a parcela de curto prazo dos financiamentos. As aplicações, no montante de R\$51.585 em 2020 (R\$49.462 em 31 de dezembro de 2019), tem remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

h) Quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é com segue:

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164.227	1.004.846
Captação empréstimos e debêntures	-	44.339
Reversão contribuição de capital	12.888	12.888
Liquidação empréstimos e debêntures	(68.776)	(129.898)
Juros e atualização	13.862	92.361
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.201	1.024.536
Liquidação empréstimos e debêntures	(13.404)	(112.999)
Juros e atualização	15.265	80.100
Custo de transação	-	1.842
Saldo em 31 de dezembro de 2020	124.062	993.479

A exposição dos empréstimos da Companhia e de suas controladas, às variações na taxa de juros e às datas de reprecificação contratual nas datas do balanço, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Menos de um ano	1.256	3.059	39.522	39.584
Entre um e dois anos	4.047	2.324	88.633	77.810
Entre dois e cinco anos	27.075	25.461	208.252	161.471
Acima de cinco anos	91.684	91.357	684.235	774.676
	124.062	122.201	1.020.642	1.053.541
Custo de transação	-	-	(27.163)	(29.005)
	124.062	122.201	993.479	1.024.536

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	-	1	-	1
Eólica Serra da Babilônia II S.A.– Compartilhamento	25	1.615	-	-
Eólica Serra da Babilônia VII S.A.– Compartilhamento	24	81	-	-
Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.– Compartilhamento	24	1.171	-	-
Eólica Serra da Babilônia IX S.A.– Compartilhamento	22	74	-	-
Eólica Serra da Babilônia X S.A.– Compartilhamento	24	80	-	-
Eólica Serra da Babilônia XI S.A.– Compartilhamento	22	76	-	-
Eólica Serra da Babilônia XII S.A.– Compartilhamento	24	82	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	668	-	-
Total de contas a receber	165	3.848	-	1
Circulante	165	3.180	-	1
Não circulante	-	668	-	-
Passivo				
Eólica Serra da Babilônia VI S.A.– Compartilhamento	535	290	-	-
Contas a pagar com controladas	-	1.401	-	-
Total contas a pagar	535	1.691	-	-

A Companhia possui contrato de consórcio e compartilhamento por meio do qual estabeleceu uma estrutura operacional de comunhão de esforços para compartilhamento de custos e despesas necessários à implementação do projeto e gerados por recurso e negócios administrativos mantidos em comum, concentrando as obrigações junto a terceiros decorrente de custos operacionais “Consórcios” e obrigações decorrentes de custos administrativos “Compartilhamento”.

15. Provisão para desmobilização

	Consolidado	
	2020	2019
Desmobilização aerogerador	43.785	40.878
Desmobilização infraestrutura Elétrica	2.639	2.463
	46.424	43.341

Considerada a entrada em operação de cada parque eólico, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação do sítio. A estimativa foi mensurada pelo valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo será reconhecido como despesa financeira.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2019, em seu processo anual de revisão de premissas, a Companhia adotou a utilização de uma nova premissa de reciclagem de material em seus cálculos. Os impactos foram considerados de maneira prospectiva no exercício.

16. Provisão socioambiental

	Consolidado	
	2020	2019
Compensação ambiental	4.490	4.167
Estudos quilombolas	76	311
Recomposição de flora	-	621
	4.566	5.099
Circulante	4.566	4.162
Não circulante	-	937

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Grupo registrou em 31 de dezembro de 2018 os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia (“LP”) e da Licença de Instalação (“LI”) e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de valores referente à construção do parque eólico que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo, a valor presente para desembolso futuro, tendo como contrapartida o ativo imobilizado.

17. Passivos de arrendamentos

	Consolidado	
	2020	2019
Arrendamento mercantil (terrenos parques eólico – Babilônia)	41.509	41.462
	41.509	41.462
Circulante	3.667	3.544
Não circulante	37.842	37.918

A Companhia arrenda terrenos onde são instalados os parques eólicos e vincula parte do arrendamento aos contratos de venda de energia. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses foram os dados considerados para a adoção do CPC 06, de acordo com a nova política contábil da Companhia vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota 3(j).

O novo requisito produziu os seguintes impactos na contabilização dos ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

Balço patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativo			
Imobilizado	41.131	41.133	41.131
Depreciação	<u>(3.427)</u>	<u>(2.074)</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>37.704</u>	<u>39.059</u>	<u>41.131</u>
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	3.667	3.544	4.207
Não circulante			
Passivo de arrendamento	37.842	37.918	36.924
Total do passivo	<u>41.509</u>	<u>41.462</u>	<u>41.131</u>
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Custos da energia vendida			
Depreciação	1.355	2.074	-
Resultado financeiro			
Despesa financeira	3.938	3.682	-
Impacto no resultado	<u>5.293</u>	<u>5.756</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de contratos de arrendamento mercantil representam o montante de R\$ 41.509 (R\$ 41.461 – 2019).

O ativo imobilizado decorrente do direito de uso está demonstrado na nota explicativa nº 10. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Controlada</u>	<u>Vencimento do Contrato</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Eólicas Serra da Babilônia	Out/2038	9,13%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019 (*)	41.834
Juros provisionados	3.682
Pagamentos	(3.353)
Ajuste de remensuração da inflação acumulada	(701)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (*)	41.462
Juros provisionados	3.936
Pagamentos	(3.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (*)	41.509

(*) Ajustado a valor presente na data

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Menos de 1 ano	3.667	3.544
Entre 1 e 2 anos	3.801	3.980
Entre 2 e 5 anos	12.240	15.728
Acima de 5 anos	69.243	69.243
Valores não descontados	88.951	92.495
Juros embutidos	(47.442)	(51.033)
Saldo dos passivos de arrendamento	41.509	41.462

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	41.836
Ajustes por remensuração da inflação acumulada	(703)
Despesa de depreciação	<u>(2.074)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019	<u>39.059</u>
Despesa de depreciação	<u>(1.355)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	<u>37.704</u>

18. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações trabalhistas	240	647	240	647
Pis e Cofins	6	20	1.502	665
Pis, Cofins, CS e IR terceiros	3	3	138	29
ICMS, ISS terceiros	6	6	19	85
Contribuição social	-	-	998	638
INSS	-	-	18	28
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	1.855	980
Outros impostos	9	10	9	10
	<u>264</u>	<u>686</u>	<u>4.779</u>	<u>3.082</u>

19. Dividendos a pagar

	2020	2019
Dividendos a pagar	-	153
	<u>-</u>	<u>153</u>

20. Provisão para ressarcimento regulatório

	2020	2019
Provisão para ressarcimento regulatório anual	2.645	-
	<u>2.645</u>	<u>-</u>

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para ressarcimento regulatório anual

Provenientes de contratos de geração de energia firmados com clientes, onde existem cláusulas que obrigam as controladas, no caso de geração abaixo do contrato, a restituir os respectivos valores aos clientes.

A Companhia avaliou as projeções do saldo da conta de energia para o ano e constatou a necessidade de constituição de provisão para ressarcimento anual no montante de R\$2.645 em 2020, referente a saldos negativos desempenhados.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

21.1.1. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito no valor de R\$446.900 está dividido em 446.900 (quatrocentos e quarenta e seis milhões e novecentos mil) ações ordinárias, sem valor nominal e preço de emissão de R\$1 (um real), cada uma totalmente subscrita. O fundo Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações detém 100% das ações.

21.1.2. Contribuição de capital

O Grupo identificou a necessidade de alterar os valores estimados da diferença entre o balanço patrimonial e o respectivo valor de mercado das debêntures privadas emitidas em 7 de julho de 2017. Os efeitos dessa mudança foram registrados prospectivamente gerando uma redução no passivo das debêntures privadas em contrapartida a contribuição de capital no patrimônio líquido. Mais detalhes vide nota explicativa nº 13.a.

21.2. Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos das empresas obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido das empresas do Grupo são demonstrados a seguir:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (ii) constituição para reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral;
- (iii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social.
- (iv) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral; e

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela administração e deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o acesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

22. Receita líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita operacional - Geração de energia elétrica	213.155	206.952
Provisão para ressarcimento regulatório (Nota 21)	(2.645)	-
Provisão de receita extra de quadriênio (Nota 5)	633	-
Impostos sobre vendas	(7.939)	(7.555)
	203.204	199.397

23. Custos da energia vendida

	Consolidado	
	2020	2019
Depreciação e amortização	(46.901)	(69.796)
Custo com serviços de operação e manutenção	(1.741)	(10.717)
Custo de transmissão e energia	(9.777)	(9.288)
Compra de energia	(74)	(9)
Outros custos operacionais	(615)	(656)
	(59.106)	(90.466)

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(1)	(76)	(1.189)	(2.720)
Publicidade	-	-	(11)	(48)
Consultoria e assessoria	(26)	(22)	(2.043)	(851)
Seguros	-	-	(1.401)	(1.612)
Outros serviços de terceiros	(126)	(121)	(2.835)	(3.296)
Aluguel e manutenção	(3)	(13)	(2.442)	(414)
Material e consumo	-	(1)	(109)	(415)
Viagens	(1)	(209)	(66)	(444)
Depreciação	(24)	(36)	(3.304)	(3.367)
Impostos e taxas	(7)	(18)	(159)	(871)
Outras despesas gerais	124	(82)	(731)	(1.024)
	(64)	(578)	(14.290)	(15.062)

25. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre empréstimos	(15.265)	(12.593)	(80.100)	(91.088)
Comissões e corretagem	(2.839)	(4.928)	(18.019)	(6.956)
Juros sobre arrendamento	-	-	(3.938)	(3.682)
Juros sobre desmobilização	-	-	(3.082)	(2.877)
Juros socioambiental	-	-	(9)	(106)
Outros juros, tarifas e impostos	(14)	(1.356)	(2.016)	(2.286)
Despesas financeiras	(18.118)	(18.877)	(107.164)	(106.995)
Receitas sobre aplicação financeira	68	1.471	2.192	4.202
Outras	46	65	1.247	431
Receitas financeiras	114	1.536	3.439	4.633
Resultado financeiro, líquido	(18.004)	(17.341)	(103.725)	(102.362)

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A abertura da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	IRPJ e CSLL		IRPJ e CSLL	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição corrente	-	-	(7.638)	(7.233)
	-	-	(7.638)	(7.233)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime presumido - Consolidado

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional	217.493	217.493	206.951	206.951
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	17.399	26.099	16.556	24.834
Receitas financeiras	3.326	3.326	3.097	3.097
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total imposto de renda e contribuição social corrente	4.989	2.649	4.720	2.513

27. Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

27.1. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão descritos a seguir:

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora				
Ativos financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos		Custo amortizado	35	89
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	573	3.136
Caixa e equivalentes de caixa	4		608	3.225
Bancos		Custo amortizado	2	-
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	-	-
Depósitos vinculados	8		2	-
Total dos ativos financeiros			610	3.225

Passivos Financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores e outras obrigações	12	Custo amortizado	27	1.810
Debêntures	13	Custo amortizado	124.062	122.201
Total dos passivos financeiros			124.089	124.011

Consolidado				
Ativos financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos		Custo amortizado	956	823
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	82.437	22.843
Caixa e equivalentes de caixa	4		83.393	23.666
Bancos		Custo amortizado	21.187	11.247
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	30.398	38.215
Depósitos vinculados	8		51.585	49.462
Contas a receber	5	Custo amortizado	21.065	43.629
Total dos ativos financeiros			156.043	116.757

Passivos Financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores e outras obrigações	12	Custo amortizado	4.234	12.320
Empréstimos e financiamentos	13	Custo amortizado	869.417	902.335
Debêntures	13	Custo amortizado	124.062	122.201
Passivos de arrendamento	18	Custo amortizado	41.508	41.462
Total dos passivos financeiros			1.039.221	1.078.318

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2. Gestão dos riscos

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

27.3. Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

Os principais riscos que a Companhia possui exposição são os seguintes:

27.3.1. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha os seus empréstimos e financiamentos estabelecidos da seguinte forma:

- Os financiamentos com o BNDES são atrelados à TJLP. A TJLP oficial no final dos exercícios de 2020 e 2019 foram, no Brasil, de 4,55% e 5,57% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Caso o CMN venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, IPCA e Selic, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

ii) Risco de inflação

A Companhia está sujeita ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais e parte de seus financiamentos estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação no final dos exercícios de 2020 e 2019 foram, no Brasil, de 4,52% e 4,31% respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja diminuição da inflação, as receitas diminuirão o que poderá afetar negativamente os seus negócios e seus resultados. Como parte dos financiamentos são atrelados ao IPCA, parte da dívida é capaz de criar um hedge natural por conta da diminuição de receitas em relação ao

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IPCA.

iii) Risco de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

O PLD é calculado pela CCEE diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

A Companhia está sujeita ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo no ambiente regulado preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando o leilão for A- e a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no PLD.

Analogamente, quando o leilão for A- e a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

27.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a Administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

27.3.3. Risco de liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia, assim como divulgado na nota explicativa nº1.2 – Continuidade operacional.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

	Controladora		Consolidado	
	< 1 ano	> 1 ano	< 1 ano	> 1 ano
31 de dezembro de 2020				
Fornecedores e outras obrigações	27	-	4.234	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	96.361	1.308.912
Debêntures	11.329	249.895	11.329	249.895
Passivos de arrendamento	-	-	3.667	85.284
	11.356	249.895	115.591	1.644.091
31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações	1.810	-	12.320	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	112.999	1.405.273
Debêntures	13.304	261.224	13.304	261.224
Passivos de arrendamento	-	-	3.544	88.951
	15.114	261.224	142.167	1.755.448

27.4 Gestão de capital

27.4.1. Gestão do risco de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital é a de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos e arrendamentos deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados registrados no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A Diretoria Corporativa da Companhia revisa trimestralmente sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de alavancagem financeira

Índice de endividamento	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos financiamentos	13	124.062	122.201	993.479	1.024.536
Total de passivos de arrendamento	17	-	-	41.508	41.462
(-)Depósitos vinculados	8	(2)	-	(51.586)	(49.462)

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
(-) Caixa e equivalencia de caixa	4	(608)	(3.225)	(83.393)	(23.666)
(-) Divida liquida		123.453	118.976	900.009	992.871
Total do patrimônio líquido	21	405.557	387.112	405.557	387.112
(=) Total do capital		529.009	506.088	1.305.565	1.379.982
Índice de alavancagem financeira		23%	24%	69%	72%

27.4.2 Objetivos com os riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da Administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus ativos e passivos financeiros, demonstrando os eventuais impactos sobre o seu resultado em 31 de dezembro de 2020, com base em premissas consideradas prováveis. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2020 foram das seguintes taxas: TJLP, CDI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros (TJLP)

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2020	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Empréstimos e Financiamentos	896.580	Aumento da taxa TJLP	1.435	(8.428)	(18.2021)
Referência para financiamentos		Taxa de 31/12/2019	Taxa de 14/01/2021	25%	50%
TJLP (%)		4,55%	4,39%	5,49%	6,58%

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2020, considerando a TJLP de 4,55% ao ano. Para o ano de 2020 consideramos uma expectativa de 4,39% ao ano, conforme site do BNDES, evolução histórica da TJLP, consultado em 14 de Janeiro de 2021.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento da taxa TJLP de 25% e 50%, respectivamente.

(ii) Variação na taxa do CDI

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2020	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Ativos financeiros (*)	134.979	Queda da taxa CDI	324	(688)	(1.701)
Referência para ativos financeiros CDI (%)		Taxa de 31/12/2019 2,76%	Taxa de 14/01/2021 3,00%	25% 2,25%	50% 1,50%

(*)Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa de 2,76%. Para o ano de 2021 consideramos uma expectativa de 3%, de acordo com a expectativa do mercado segundo o relatório Focus publicado em 14 de janeiro de 2021.

Em relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma queda na taxa do CDI de 25% e 50%, respectivamente.

(iii) Variação na taxa do IPCA

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2020	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Debêntures a pagar	124.062	Aumento IPCA	(625)	468	1.575
Referência para Debêntures a pagar IPCA (%)		Taxa de 31/12/2020 4,04%	Taxa de 14/01/2021 3,25%	25% 4,06%	50% 4,88%

Demonstra o saldo de debêntures a pagar em 31 de dezembro de 2020, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 4,04% ao ano. Para o ano de 2021 consideramos uma expectativa de 3,25% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado segundo o relatório Focus publicado em 14 de janeiro de 2021.

Em relação as debêntures a pagar, os cenários A e B consideram um aumento da taxa do IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

27.5 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Controladora					
Saldos em 31/12/2020	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	573	-	573	-
Total do ativo		573	-	573	-

Controladora					
Saldos em 31/12/2019	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	3.136	-	3.136	-
Total do ativo		3.136	-	3.136	-

Consolidado					
Saldos em 31/12/2020	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	82.437	-	82.437	-
Aplicações financeiras	8	30.398	-	30.398	-
Total do ativo		112.835	-	112.835	-

Consolidado					
Saldos em 31/12/2019	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	22.843	-	22.843	-
Aplicações financeiras	8	38.215	-	38.215	-
Total do ativo		61.058	-	61.058	-

28 Provisão para contingências

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus assessores legais. Sendo assim não há provisão constituída. As causas possíveis de perda não possuem valores relevantes.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Seguros (Não auditada)

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Automóveis - Veículos frota	Colisão, incêndio e roubo/furto e responsabilidade civil	100% tabela Fipe	44
Empresa - Escritório do Grupo no Jardim Botânico	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	2.975	4
Complexo eólico: Serra da Babilônia	Responsabilidade civil	30.000	53
Construção e alojamento de funcionários, obras civis e instalação e montagem da segunda fase do Complexo Eólico Serra da Babilônia	Riscos de engenharia e obras	2.154.639	829
Eólicas: Serra da Babilônia	Riscos nomeados e operacionais	1.840.257	5235
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	102.643	2178

30 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui estes contratos de longo prazo considerados relevantes:

Compromissos		2020	2021	2021 em diante
Contratos de operação e manutenção	(a)	14.303	14.496	151.322
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b)	10.138	10.341	21.307
		24.441	24.837	172.629

a) Contratos de operação e manutenção – A Companhia mantém contratos de operação e manutenção com terceiros.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) - Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das outorgas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Transações que não afetam caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Arrendamento	-	39.059
Provisão para desmobilização (a)	(324)	(18.415)
Provisões socioambientais (a)	-	(1.081)
Constituição (Reversão) de Contribuição de capital (b)	-	(12.888)
Reversão do imobilizado	2.878	-

(a) Refere-se a constituição e revisão da provisão para desmobilização e provisões socioambientais (nota explicativa nº 15).

(b) Refere-se a constituição e reversão de contribuição de capital (nota explicativa nº 19).

32. Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2021, após todas as aprovações necessárias, os acionistas do Grupo Rio Energy aprovaram uma reestruturação societária mediante a transferência de todas as ações de emissão das holdings que detêm, direta ou indiretamente, os projetos (operacionais ou não) do Grupo Rio Energy para fins de integralização de aumento de capital da Rio Energy Participações S.A.. Desta forma, a partir desta data, a Rio Energy Participações S.A. passa a ser a holding de todos os ativos do Grupo Rio Energy e portanto controladora da Companhia.

33. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 19 de fevereiro de 2021.